



**PROVA OBJETIVA II**  
**ESPECIALISTA DE GOVERNO – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO**

NOME: \_\_\_\_\_  
Nº INSCR. \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES**

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (13 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA II** contém **50 (cinquenta)** questões objetivas, com **04 (quatro) alternativas (A, B, C e D)**, valendo **1,00 (um ponto)** cada, devendo o candidato obter no **mínimo 60% de acerto** para ser aprovado.
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O Cartão Resposta será o **único documento válido para correção** e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **19/12/2017**, e o resultado da **PROVA OBJETIVA II** a partir do dia **11/01/2018** no Diário Oficial de Baurópolis.

|    |  |    |  |
|----|--|----|--|
| 01 |  | 26 |  |
| 02 |  | 27 |  |
| 03 |  | 28 |  |
| 04 |  | 29 |  |
| 05 |  | 30 |  |
| 06 |  | 31 |  |
| 07 |  | 32 |  |
| 08 |  | 33 |  |
| 09 |  | 34 |  |
| 10 |  | 35 |  |
| 11 |  | 36 |  |
| 12 |  | 37 |  |
| 13 |  | 38 |  |
| 14 |  | 39 |  |
| 15 |  | 40 |  |
| 16 |  | 41 |  |
| 17 |  | 42 |  |
| 18 |  | 43 |  |
| 19 |  | 44 |  |
| 20 |  | 45 |  |
| 21 |  | 46 |  |
| 22 |  | 47 |  |
| 23 |  | 48 |  |
| 24 |  | 49 |  |
| 25 |  | 50 |  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Departamento de Recursos Humanos*



Prefeitura Municipal de Bauru

**Concurso Público para o Cargo de Especialista de Governo –  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**01)** A Legislação Municipal Bauruense, ao tributar de ISS à atividade empresarial:

**A)** alcançará todas as atividades desempenhadas pelo empresariado, clara a incidência do *non olet*.

**B)** alcançará a atividade principal e as secundárias, mas não em função do *non olet*.

**C)** alcançará as atividades secundárias, não a principal.

**D)** alcançará a atividade principal, não as secundárias.

**02)** Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à tributação do ISS pela Legislação Municipal Bauruense, bem como quanto aos sujeitos credor e devedor das Obrigações Tributárias Municipais em geral, respectivamente:

**A)** recai também sobre Concessionárias do Serviço Público, sendo que as relações tributárias ocorrem, em seu gênero, unicamente entre Fazenda Pública credora, de um lado, e particulares devedores, de outro.

**B)** não recai sobre Concessionárias do Serviço Público, sendo que as relações tributárias ocorrem, em seu gênero, unicamente entre Fazenda Pública credora, de um lado, e particulares devedores, de outro.

**C)** recai também sobre Concessionárias do Serviço Público, sendo que as relações tributárias também ocorrem, em seu gênero, entre Fazenda Pública credora, de um lado, e particulares devedores, de outro.

**D)** não recai sobre Concessionárias do Serviço Público (mas, sim, sobre

Permissionárias), sendo que as relações tributárias também ocorrem, em seu gênero, entre Fazenda Pública credora, de um lado, e particulares devedores, de outro.

**03)** Em sede de Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* na Compra e Venda, a Legislação Municipal Bauruense deve considerar :

**A)** Sujeito Passivo da Obrigação Tributária será o vendedor, irrelevante a que título se der a operação.

**B)** Sujeito Passivo da Obrigação Tributária será o comprador, irrelevante a que título se der a operação.

**C)** Sujeito Ativo da Obrigação Tributária será o comprador, relevante a que título se der a operação.

**D)** Sujeito Ativo da Obrigação Tributária será o comprador, relevante a que título se der a operação.

**04)** A Legislação Municipal Bauruense, ao cobrar IPTU:

**A)** Não diferencia coisas móveis de imóveis, forte a dependência do Direito Tributário para com conceitos de Direito Privado.

**B)** Diferencia coisas móveis de imóveis, tributando a estas, forte a dependência do Direito Tributário para com conceitos de Direito Privado.

**C)** Diferencia coisas móveis de imóveis, tributando àquelas, forte a independência do Direito Tributário para com conceitos de Direito Privado.

**D)** Não diferencia coisas móveis de imóveis, forte a independência do Direito Tributário para com conceitos de Direito Privado.



**05)** A Legislação Municipal Bauruense, ao cobrar IPTU, tem como certo que :

- A) Zona Urbana e Zona Urbanizável decorrerão de definição em Lei do Município.
- B) Zona Urbana e Zona Urbanizável decorrerão respectivamente de definição em Lei do Município e da União.
- C) Ambas, Zona Urbana e Zona Rural, não decorrerão de definição em Lei do Município.
- D) Zona Urbana e Zona Rural decorrerão respectivamente de definição em Lei da União e do Município.

**06)** Obediente que deva ser a Legislação Municipal Bauruense à Lei Nacional do ISS, é **CORRETO** afirmar - quanto aos Itens da Lista Anexa desta, que descrevam Serviços e encerrem a redação com “e congêneres” - que referidos elencos (de cada item, que assim descrever) :

- A) São exaustivos.
- B) São taxativos.
- C) São exemplificativos.
- D) São fechados.

**07)** A Legislação Municipal Bauruense não pode cobrar Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* na realização de capital (formação de capital) da :

- A) Pessoa alienante, qualquer que seja a sua atividade.
- B) Pessoa alienatária, qualquer que seja a sua atividade.
- C) Pessoa alienante, salvo se sua atividade preponderante traduzir compra, venda ou locação de imóveis.
- D) Pessoa alienatária, salvo se sua atividade preponderante traduzir compra, venda ou locação de imóveis.

**08)** Acerca do Domicílio Tributário do sujeito passivo, segundo a Legislação

Municipal Bauruense, é **ERRADO** afirmar que :

- A) O local do fato não é o primeiro critério.
- B) O local da coisa não é o primeiro critério.
- C) A manifestação de vontade do sujeito ativo da obrigação tributária é o primeiro critério.
- D) Demais critérios somente afluem após o de escolha do contribuinte.

**09)** A Lei Municipal Bauruense nº 15 majorou o ISS e reduziu o IPTU, publicada em 30/11/16. Diante da hipótese supra, assinale a alternativa **CORRETA** acerca de sua exigibilidade, respectivamente, para fins de Anterioridade:

- A) A partir de 01/01/17 e a partir de 01/01/16.
- B) A partir de 01/01/17 e após 90 dias de sua publicação.
- C) Imediatamente e a partir de 01/01/17.
- D) Após 90 dias de sua publicação e imediatamente.

**10)** A Lei Municipal Bauruense nº 20 aumentou ao Imposto de Transmissão *Inter Vivos*, a qual foi publicada em 01/04/17 e com vigência em 01/05/17. Assim, diante da hipótese supra, em termos (apenas) de Irretroatividade e considerando-se o Poder de alcançar (Tributar) aos negócios jurídicos, respectivamente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Poderá atingir aos fatos a partir de 01/05/17, irrelevante a motivação do negócio envolvido.
- B) Poderá atingir aos fatos a partir de 01/05/16, irrelevante a motivação do negócio envolvido.
- C) Poderá atingir aos fatos a partir de 01/01/18, relevante a motivação do negócio envolvido.



D) Poderá atingir aos fatos a partir de 90 dias da vigência, relevante a motivação do negócio envolvido.

11) Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Como regra geral absoluta, o ISS leva em conta, para fins de competência arrecadatória, o local do fato, não, o do estabelecimento prestador.

B) Como regra geral, o ISS leva em conta, para fins de competência arrecadatória, o local do fato, não, o do estabelecimento prestador, todavia com exceções.

C) Como regra geral absoluta, o ISS leva em conta, para fins de competência arrecadatória, o local do estabelecimento prestador, não, o do fato.

D) Como exceção, o ISS leva em conta, para fins de competência arrecadatória, o local do fato, não, o do prestador.

12) A Dação Imobiliária em Pagamento ao Município de Bauru tem este **acertado** perfil:

A) Abrange a créditos tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município de Bauru, como causa excludente de referidos créditos, de iniciativa do credor ou do devedor, seja esta pessoa física ou jurídica, cujo aperfeiçoamento prescinde de aceitação expressa pela Fazenda Municipal.

B) Abrange a créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município de Bauru, como causa extintiva de referidos créditos, de iniciativa do devedor, seja esta pessoa física ou jurídica, cujo aperfeiçoamento impescinde de aceitação expressa pela Fazenda Municipal.

C) Abrange a créditos tributários ou não, inscritos em Dívida Ativa do Município de Bauru, como causa excludente de referidos créditos, de iniciativa do credor, cujo aperfeiçoamento impescinde de aceitação expressa pela Fazenda Municipal.

D) Abrange a créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município de Bauru, como causa extintiva de referidos créditos, de iniciativa do credor, cujo aperfeiçoamento prescinde de aceitação expressa pela Fazenda Municipal.

13) Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) As normas jurídicas do Município de Bauru estabelecem isenção ao pagamento tributário imobiliário relativo ao bem imóvel desapropriado – qualquer que seja o Poder Expropriante - ao que objeto de apossamento imobiliário, bem assim ao que integre área *non aedificandi*.

B) As normas jurídicas do Município de Bauru estabelecem isenção ao pagamento tributário imobiliário relativo ao bem imóvel desapropriado – desde que seja o Poder Expropriante Municipal - ao que objeto de apossamento imobiliário, bem assim ao que integre área *non aedificandi*.

C) As normas jurídicas do Município de Bauru estabelecem isenção ao pagamento tributário imobiliário relativo ao bem imóvel desapropriado – desde que seja o Poder Expropriante Municipal Bauruense - e ao que objeto de apossamento imobiliário, mas não ao que integre área *non aedificandi*.

D) As normas jurídicas do Município de Bauru estabelecem isenção ao pagamento tributário imobiliário relativo ao bem imóvel desapropriado – qualquer que seja o Poder Expropriante – e ao que objeto de apossamento imobiliário, mas não ao que integre área *non aedificandi*.

14) Quanto ao Conselho Municipal de Contribuintes, é **INCORRETO** afirmar que:

A) Possui como atribuição aprovar súmulas administrativas vinculantes por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros.



**B)** O Conselho de Contribuintes terá uma Secretaria Geral para atender aos serviços administrativos e executar os trabalhos de expediente em geral.

**C)** Possui como atribuição representar ao Prefeito Municipal, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação e da administração tributária, objetivando, principalmente, a busca da justiça fiscal e a modernização da gestão tributária do Município.

**D)** O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Contribuintes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os Conselheiros, por proposta do Presidente da Câmara dos Vereadores.

**15) É INCORRETO** afirmar que os atos administrativos da Administração Fazendária Municipal serão motivados, sob pena de nulidade, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

**A)** Neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.

**B)** Deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

**C)** Decorram de reexame de ofício.

**D)** Importem confirmação de ato administrativo-tributário.

**16)** A confirmação pelo Fisco Municipal da baixa retroativa de inscrição implica:

**A)** No cancelamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS lançado para competências posteriores à data de encerramento aceita.

**B)** No cancelamento de todos os créditos tributários lançados para competências posteriores à data de encerramento aceita.

**C)** Em isenção de multa e juros sobre todos os créditos tributários lançados

para competências posteriores à decisão de homologação do pedido de encerramento.

**D)** No cancelamento de todos os créditos tributários lançados para competências posteriores à data de encerramento aceita, mediante pagamento de taxa exigida para tanto pela legislação municipal.

**17)** São deveres da Administração Tributária Municipal:

**A)** Manter permanentemente plantão fiscal eletrônico, pela internet e/ou telefone, para que o contribuinte possa sanar rapidamente dúvidas relativas à matéria tributária municipal.

**B)** Garantir ao auditor fiscal tributário a lavratura de auto de infração, mediante autorização da chefia da fiscalização da Secretaria de Economia e Finanças.

**C)** Apreciar e julgar em suas instâncias toda e qualquer matéria tributária municipal, exceto as de índole constitucional.

**D)** Liberar certidão positiva de débito com efeito de negativa ao contribuinte, ainda que dela conste a existência de créditos vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

**18)** O valor do imposto devido sobre a prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal, para os profissionais que promoverem a sua primeira inscrição como prestadores de serviços no Município, desde que efetuada previamente ao início das atividades, será reduzido na seguinte conformidade:

**A)** 50% (cinquenta por cento) no primeiro exercício tributável;

40% (quarenta por cento) no segundo exercício tributável;

30% (trinta por cento) no terceiro exercício tributável;



20% (vinte por cento) no quarto exercício tributável.

**B)** 60% (sessenta por cento) no primeiro exercício tributável;

50% (cinquenta por cento) no segundo exercício tributável;

40% (quarenta por cento) no terceiro exercício tributável;

30% (trinta por cento) no quarto exercício tributável.

**C)** 50% (cinquenta por cento) no primeiro exercício tributável;

45% (quarenta e cinco por cento) no segundo exercício tributável.

**D)** 60% (sessenta por cento) no primeiro exercício tributável;

50% (cinquenta por cento) no segundo exercício tributável.

**19) O arbitramento:**

**A)** Referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências.

**B)** Referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao ano-calendário em que se verificarem as ocorrências.

**C)** Não deduzirá os pagamentos efetuados no período.

**D)** Não terá seus efeitos cessados até final do exercício, mesmo quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do Fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

**20) Quanto à certidão negativa, é INCORRETO afirmar:**

**A)** O prazo de validade da certidão é de 6 (seis) meses a contar da data de sua emissão.

**B)** A expedição de certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

**C)** A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista do requerimento de interessado que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco.

**D)** A expedição de certidão negativa com erro, nos casos em que o contribuinte é devedor de créditos tributários, elide a responsabilidade deste.

**21) A consulta em matéria tributária sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis a fato determinado:**

**A)** Não impede autuação do contribuinte por fato relacionado à consulta, impossibilitando apenas a cobrança, seja administrativa ou judicial, do respectivo débito.

**B)** Poderá ser formulada pelo sujeito passivo, órgãos da administração pública e entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

**C)** Ainda que formulada dentro do prazo legal para pagamento de tributo, não impedirá a incidência de multa e juros de mora enquanto não respondida a consulta.

**D)** Poderá ser formulada por qualquer meio, inclusive via atendimento telefônico, com atendimento em central própria.

**22) Os débitos relativos aos tributos municipais resultantes das informações prestadas pelo contribuinte em declarações de faturamento e da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e:**

**A)** Encontram-se devidamente constituídos, sendo inclusive cabível lançamento de ofício por parte da Administração Tributária Municipal.

**B)** Não são dotados de exigibilidade, vez que não constituídos.

**C)** Encontram-se devidamente constituídos, não sendo cabível lançamento de ofício por parte da Administração Tributária Municipal.

**D)** Ficam sujeitos à homologação pela Administração Tributária Municipal, para posterior lançamento de ofício.



23) Caberá à Prefeitura Municipal de Bauru:

A) Implantar serviço de telefonia exclusivo para os órgãos da Administração Tributária do Município.

B) Consolidar anualmente a legislação tributária do Município, através de decreto expedido pelo Prefeito Municipal, que deverá ser disponibilizado no *site* da Prefeitura.

C) Transformar todos os processos e procedimentos administrativos tributários em eletrônicos, com exceção dos que tramitam por outras secretarias.

D) Enviar à Câmara Municipal a cada 4 (quatro) anos, no máximo, projeto de revisão da Planta Genérica de Valores e Tabela de Construção.

24) A baixa retroativa de inscrição será autorizada:

A) A partir de simples declaração do contribuinte informando a data de sua inatividade pretérita, salvo se existirem registros em seu cadastro que indiquem a continuidade da atividade em período posterior.

B) A partir de simples declaração do contribuinte, atestada por duas testemunhas e confirmada posteriormente por verificação in loco do próprio Fisco Municipal, informando a data de sua inatividade pretérita, salvo se existirem registros em seu cadastro que indiquem a continuidade da atividade em período posterior.

C) A partir de simples declaração do contribuinte informando a data de sua inatividade pretérita, ainda que existam registros em seu cadastro que indiquem a continuidade da atividade em período posterior.

D) A partir de simples declaração do contribuinte, atestada por duas testemunhas, informando a data de sua inatividade pretérita, salvo se existirem registros em seu cadastro que indiquem a

continuidade da atividade em período posterior.

25) Não são objetivos do Código da Cidadania Fiscal, instituído pela Lei nº 6.778, de 26 de abril de 2016:

A) Proteger o contribuinte contra o exercício abusivo do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo instituído em lei.

B) Assegurar a adequada, rápida, eficaz e onerosa, quando assim previsto em lei, prestação de serviços de orientação aos contribuintes.

C) Proporcionar uma participação mais democrática e popular nas discussões envolvendo a matéria tributária municipal.

D) Promover e incentivar o bom relacionamento entre o Fisco e o contribuinte, baseado na cooperação, na moralidade, na transparência, no respeito mútuo e na parceria, visando fornecer ao Ente Municipal os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

26) Segundo a legislação Municipal, é **INCORRETO** afirmar que:

A) Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá, referente à competência do Município, escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

B) O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, não vinculando a Administração Fazendária Municipal.

C) A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços poderá ser fixada por estimativa, mediante iniciativa do Fisco Municipal ou a requerimento do sujeito passivo.

D) Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não-cumprimento de mais de um dever instrumental tributário pelo mesmo infrator, em razão de um só fato, impor-se-á somente a penalidade mais gravosa.





27) De acordo com o princípio da legalidade adotado pelo ordenamento jurídico, prescinde de lei:

A) a anistia concedida em caráter limitado para determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

B) a concessão de isenções para determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

C) a concessão de parcelamento com redução do percentual de juros e multa pelo ente tributante.

D) a modificação do termo de vencimento da obrigação tributária principal a cargo do sujeito passivo.

28) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto a responsabilidade na hipótese do adquirente de um estabelecimento comercial continuar a explorar a mesma atividade, sob a mesma razão social.

A) É integralmente responsável pelos tributos devidos até a data da alienação do estabelecimento, independente do alienante continuar a explorar o mesmo segmento.

B) O adquirente e o alienante são responsáveis solidários referentes aos tributos devidos até a data da alienação do estabelecimento.

C) O alienante é responsável integralmente pelos tributos devidos até a data da alienação.

D) Se o alienante continuar a explorar a mesma atividade empresarial, a responsabilidade do adquirente pelos tributos devidos até a data da alienação é subsidiária.

29) De acordo com a Constituição Federal e Código Tributário Nacional, a lei municipal, que concede isenção do IPTU, aos imóveis que são utilizados como ginásio de esportes:

A) Deve ser interpretada literalmente.

B) Deve retroagir, por ser mais benéfica.

C) Deve ser aplicada de forma mais favorável ao contribuinte.

D) É inconstitucional, porque as isenções devem ser concedidas por Lei complementar federal.

30) Uma construtora sediada em Bauru/SP foi contratada por uma empresa estabelecida em Recife/PE, para construir um estádio de futebol na cidade de Campo Grande/MS. A competência para cobrar o ISS é:

A) Bauru.

B) Campo Grande/MS.

C) Recife.

D) São Paulo.

31) Uma pessoa jurídica que explora atividade comercial, porém não está registrada perante a Junta Comercial do respectivo Estado, sequer na Secretaria da Receita Federal. É **CORRETO** afirmar:

A) Não está sujeita ao pagamento de qualquer imposto, por não possuir Cadastro de Pessoa Jurídica.

B) É isenta da cobrança de qualquer tributo.

C) Possui capacidade tributária passiva.

D) Possui imunidade por não ter previsão legal para cobrança de qualquer tributo.

32) Em relação ao IPTU, é **CORRETO** afirmar:

A) Sujeito passivo é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio ou seu possuidor a qualquer título.

B) Se existir contrato de locação prevendo a responsabilidade exclusiva pelo pagamento do IPTU ao locatário, o Município não poderá exigir o imposto do proprietário (locador) salvo se comprovar a impossibilidade do locatário pagar.



C) A base de cálculo do IPTU poderá ser aumentada por decreto do Prefeito Municipal, desde que este aumento decorra de atualização monetária, respeitado o índice oficial de correção monetária.

D) A criança com 10 (dez) anos de idade, que recebeu de herança determinado imóvel urbano não poderá ser sujeito passivo do IPTU, devendo esta sujeição recair sobre os pais da criança ou seu tutor.

33) O imposto é um tributo que:

A) a arrecadação é vinculada, em geral, para custeio de determinada obra pública, fundo ou despesa.

B) há uma retribuição do ente Tributante a favor do contribuinte.

C) tem por função arrecadar recursos para custear despesas em favor da coletividade ou de grupo específico.

D) tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

34) Podem ter suas alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo, com vigência imediata:

A) o imposto de renda, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto de exportação.

B) o imposto sobre serviços de qualquer natureza, o de exportação, e o imposto extraordinário de guerra.

C) o imposto extraordinário de guerra, o imposto sobre operações financeiras e o imposto de importação.

D) o imposto sobre produtos industrializados, o imposto de importação e o imposto de exportação.

35) Nos termos do Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados:

A) do respectivo vencimento, nos termos da legislação tributária.

B) da data da sua constituição definitiva.

C) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

D) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

36) De acordo com o Código Tributário Nacional, para tributos sujeitos à lançamento por homologação, o prazo para a repetição do indébito é contado:

A) A partir da homologação tácita.

B) A partir do fato gerador, independentemente do pagamento.

C) A partir da data da constituição definitiva do crédito.

D) A partir do pagamento antecipado.

37) As isenções tributárias podem ser concedidas:

A) por lei ordinária ou complementar, por decreto legislativo do Congresso Nacional ou por medida provisória.

B) por ato do Poder Executivo, desde que observadas as restrições estabelecidas por lei.

C) por lei ordinária.

D) por lei complementar, somente.

38) Uma lei municipal que dispôs sobre a solidariedade entre os proprietários de um mesmo imóvel para pagamento do IPTU, produz os seguintes efeitos, **EXCETO**:

A) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados favorece ou prejudica os demais.

B) O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita os demais.

C) A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles,



subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

**D)** A interrupção da decadência, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

**39)** O Simples Nacional foi criado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Resolução CGSN 94, de 29 de novembro de 2011 e suas alterações e Resolução CGSN nº 127, de 5 de maio de 2016.

Para registro de microempresa e da empresa de pequeno porte, o contribuinte terá que solicitar a abertura e registro de ME ou EPP, e para a liberação do alvará de licença para localização são necessários os seguintes documentos:

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

**A)** Consulta prévia de localização liberada pelo departamento de controle e uso de solo, e autorização prévia da Vigilância Sanitária, Licença Ambiental e Laudo do Corpo de Bombeiros quando a atividade for considerada de alto risco pelos respectivos órgãos.

**B)** Documento Básico de Entrada-DBE (Com firma reconhecida do representante) ou protocolo de transmissão de Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica – FCPJ.

**C)** Ato constitutivo e alterações (Contrato Social), com registro no órgão correspondente, quando se tratar de sociedade ilimitada ou simples (fotocópia autenticada).

**D)** Requerimento de empresário, quando se tratar de empresário individual com registro no órgão correspondente (fotocópia autenticada).

**40)** Quanto à segregação de outras receitas para a base de cálculo do Simples Nacional, o contribuinte deverá segregar, também, as receitas:

**I** - decorrentes de operações ou prestações sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, que o imposto já tenha sido recolhido por substituto tributário ou por antecipação tributária com encerramento de tributação.

**II** - sobre as quais houve retenção do ISS na forma do § 6º do art. 18 e § 4º do art. 21, ou, na hipótese do § 22-A do art. 18, da Lei Complementar nº 123/2006, seja devido em valor fixo ao respectivo município.

**III**- sujeitas à tributação em valor fixo ou que tenham sido objeto de isenção ou redução do ISS ou do ICMS na forma prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

**IV**- decorrentes de venda para outros Estados, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 da Lei Complementar nº 123/2006.

**V** - sobre as quais o ISS seja devido a município diverso do estabelecimento prestador, quando será recolhido pelo Simples Nacional.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

**A)** Apenas I, II, III e IV.

**B)** Apenas I, II, III e V.

**C)** Apenas II, III, IV e V.

**D)** Apenas I, II e III.

**41)** Assinale a alternativa **CORRETA**:

**A)** Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições, quando ocorrer liquidação de obrigações para com fornecedores durante o ano-base, porém ainda constantes em aberto no seu balancete do 1º trimestre do ano.



**B)** Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições, quando observadas receitas inferiores aos limites ou sublimites do Simples Nacional.

**C)** Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições, porquanto, a elisão da presunção de omissão de receitas por passivo fictício pode se dar sem a apresentação de provas objetivas de que os saldos eram devidos nas datas a que se referem.

**D)** Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte todas as presunções de omissão de receitas existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

**42)** Qual o procedimento a ser adotado quando o valor apurado for inferior a R\$ 10,00? Assinale a alternativa **INCORRETA.**

**A)** É vedada a emissão de DAS com valor total inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

**B)** Quando o valor for inferior a R\$ 10,00, este valor deverá ser postergado para os períodos subsequentes até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. Na apuração do período subsequente, caso o valor calculado pelo aplicativo para o período apurado, somado ao valor diferido do período anterior, supere R\$ 10,00, o contribuinte deverá utilizar o aplicativo “Geração de DAS Avulso”, disponível no portal do Simples Nacional para efetuar a geração do DAS para recolhimento.

**C)** Se o contribuinte indevidamente deixou de acrescentar um valor inferior a R\$ 10,00 ao valor devido do mês seguinte (ou do primeiro mês posterior no qual a soma dos valores devidos resultou em montante superior a R\$ 10,00), é possível somá-lo ao valor devido e ainda não pago em qualquer outro mês. Neste caso, é necessário atualizar o valor inferior a R\$ 10,00 da data de vencimento original até a data de vencimento do Período de Apuração (PA) ao qual foi acrescentado.

**D)** Se o contribuinte indevidamente deixou de acrescentar um valor inferior a R\$ 10,00 ao valor devido do mês seguinte (ou do primeiro mês posterior no qual a soma dos valores devidos resultou em montante superior a R\$ 10,00), já não é possível somá-lo ao valor devido e ainda não pago em qualquer outro mês. Neste caso, é necessário desconsiderar o valor inferior a R\$ 10,00 e proceder ao acréscimo no DAS no final do exercício.

**43)** As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional deverão adotar para os registros e controles das operações e prestações por elas realizadas, os seguintes livros:

Assinale a alternativa **CORRETA.**

**I** - Livro Caixa, Livro Registro de Inventário, Livro Registro de Entradas (modelo 1 ou 1 A), Livro Registro dos Serviços Prestados, Livro Registro de Serviços a Executar, Livro Registro de Serviços Tomados, Livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais, Livro Registro de Veículos e Livro Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle.

**II** - Livro Caixa, Livro Registro de Inventário, Livro Registro de Entradas (modelo 1 ou 1 A), Livro Registro dos Serviços Prestados, Livro Registro de Serviços Tomados, Livro Registro Específico para contribuintes que comercializem combustíveis, Livro Registro de Apuração de ICMS, Livro



Registro de Impressão de Documentos Fiscais e Livro Registro de Veículos.

**III** - Livro Caixa, Livro Registro de Inventário, Livro Registro de Entradas (modelo 1 ou 1 A), Livro Registro dos Serviços Prestados, Livro Registro de Serviços Tomados, Livro Registro Específico para contribuintes que comercializem combustíveis, Livro de Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle, Livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais e Livro Registro de Veículos.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I apenas.
- B) II apenas.
- C) III apenas.
- D) Nenhuma das afirmativas está correta.

**44)** Em relação à compensação com débito a vencer, assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** - A compensação, no momento, só é possível com débitos vencidos e que já estejam em cobrança.

**II** - Ao informar os dados do pagamento realizado indevidamente ou a maior no Simples Nacional, o aplicativo exibe uma tela contendo todos os débitos passíveis de compensação.

**III** - Atualmente, o débito passa a estar disponível para compensação em meados do mês seguinte ao seu vencimento.

**IV** - No momento da compensação, tanto o crédito quanto o débito serão atualizados até a data da compensação.

**V** - Para os casos em que não é possível a compensação, o contribuinte pode optar pelo pedido de restituição.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

**B)** Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

**C)** Apenas os itens II e III, IV e V estão corretos.

**D)** Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.

**45)** Considerando a Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o regime de arrecadação de tributos conhecido como Simples Nacional e, conforme esta Lei, o recolhimento pelo DAS mensal (Documento único de arrecadação) do regime simplificado **NÃO** exclui a incidência:

Assinale a alternativa **CORRETA**:

**A)** Do IPI, relativo à venda de produto de fabricação própria, que deverá ser recolhido com observância da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas sujeitas a este imposto.

**B)** Do ICMS, nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e interestadual, que deverá ser recolhido com observância da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas.

**C)** Do ISS, relativo a serviço prestado pelo contribuinte, quando este tiver a obrigatoriedade de recolher o imposto mediante guia especial, que deverá ser recolhida com observância da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas.

**D)** De contribuições federais (instituídas pela União), para as atividades assistenciais e ou vinculadas aos Ministérios de Assistência Social ou Educação ou Saúde.

**46)** De acordo com as normas que regem as empresas optantes ao Simples Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A empresa pessoa jurídica que, no último ano do calendário que tenha



apresentado Receita Bruta de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) enquadra-se na condição de microempresa, considerando Receita Bruta de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações de conta alheia.

**B)** O desenquadramento da pessoa jurídica da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não implicará, alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação à contratos por ela firmados.

**C)** Os órgão municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas deverão exigir comprovante de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde esteja instalada a sede da ME ou EPP.

**D)** A Lei admite para a condição de ME ou EPP, de pessoa jurídica enquadrada no Simples Nacional, que participe do capital social de outra pessoa jurídica, desde que todo esse capital social esteja investido no País (Brasil).

**47)** Quais são os contribuintes optantes pelo regime do Simples Nacional que têm obrigação de entregar a DSN-SP, ainda que:

**I** - a Inscrição Estadual tenha sido cancelada.

**II** - o contribuinte tenha sido desenquadrado.

**III** - não tenha ocorrido movimentação, hipótese em que a referida declaração deverá ser preenchida com valores iguais a zero.

Assinale a alternativa **CORRETA:**

**A)** Todos os contribuintes de tributos (estadual e municipal).

**B)** Todos os contribuintes pessoas jurídicas do País.

**C)** Todos os contribuintes pessoas jurídicas paulistas.

**D)** Todos os contribuintes pessoas jurídicas exportadoras.

**48)** Considerando que as retiradas pro labore entram no cálculo da relação (r) entre a folha de salários e a receita bruta acumulada para aplicação das alíquotas do Simples Nacional previsto no Anexo V e VI, assinale a alternativa **CORRETA:**

**A)** O cálculo do Simples Nacional previsto no Anexo V e VI deverá ser apurado a relação entre a folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração e a receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração.

**B)** O cálculo do Simples Nacional previsto no Anexo V e VI deverá ser apurado a relação entre a folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses do período de apuração e a receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo nos 12 (doze) meses do período de apuração.

**C)** O cálculo do Simples Nacional previsto no Anexo V e VI deverá ser apurado a relação entre a folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses do período de apuração e a receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração.

**D)** O cálculo do Simples Nacional previsto no Anexo V e VI deverá ser apurado a relação entre a folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração e a receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo nos 12 (doze) meses do período de apuração.

**49)** Considerando que desde 1º.01.2017, as atividades:



- dos leiloeiros independentes (8299-7/04) passaram a integrar o Anexo VI, que relaciona os códigos da CNAE impeditivos ao Simples Nacional;

- de seleção e agenciamento de mão de obra ficarão excluídas do Anexo VII, que relaciona os CNAE que abrangem concomitantemente atividade impeditiva e permitida ao Simples Nacional.

A vigência dessas alterações está em conformidade com a orientação do art. 8º, § 4º da Resolução CGSN nº 94/2011, segundo a qual estabelece que na hipótese de alteração da relação de códigos impeditivos ou ambíguos, serão observadas as seguintes regras:

**I** - se determinada atividade econômica deixar de ser considerada como impeditiva ao Simples Nacional, a ME ou EPP que exerça essa atividade passará a poder optar por esse regime de tributação a partir do ano-calendário seguinte ao da alteração desse código, desde que não incorra em nenhuma das vedações à opção pelo Simples Nacional.

**II** - se determinada atividade econômica passar a ser considerada impeditiva ao Simples Nacional, a ME ou EPP optante que exerça essa atividade deverá efetuar a sua exclusão obrigatória, porém com efeitos para o ano-calendário subsequente.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas o item II está correto.
- C) Os itens I e II estão corretos.
- D) Os itens I e II estão incorretos.

**50)** Procedimento de recolhimento em atraso dos tributos pelo Simples Nacional estará sujeito aos acréscimos legais previstos na legislação do Imposto sobre a Renda, que são:

**I** - multa de 0,33% ao dia de atraso, calculada a partir do 1º dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento, até o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitada a 10%.

**II** - juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir do 1º dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento, e de 2% no mês de pagamento.

**III** - multa de 0,33% ao dia de atraso, calculada a partir do 1º dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento, até o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitada a 20%.

**IV** - juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir do 1º dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% no mês de pagamento.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- B) Apenas o item III está correto.
- C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- D) Apenas os itens III e IV estão corretos.